

Plano Dalet e a influência da teoria política de maquiavel no processo colonial israelense

Dalet plan and the influence of the machiavelli's theory in the colonial process of israel

Vanessa Batista Dias*

Resumo

O Estado de Israel, desde sua criação, mantém diversas intervenções militares e políticas nos territórios ocupados na cidade da Cisjordânia. As medidas adotadas por ele visam impossibilitar a construção de um Estado Palestino soberano. Uma delas é o Plano Dalet (o qual foi elaborado entre 1947 e 1948, continuando, até hoje, a ser aplicado). Na estrutura dele, pode-se encontrar influências da teoria clássica maquiavélica, do século XVI, de como conquistar Estados e mantê-los sob domínio. Assim, este artigo pretende analisar como o pensamento de Nicolau Maquiavel, com base na obra O Príncipe, influenciou a constituição do Plano Dalet, que objetiva a tomada do território palestino sob os pressupostos do sionismo (o qual prega o retorno dos judeus à terra prometida).

Palavras-chaves: Assentamento. Colonização. Israel-Palestina. Maquiavel. Plano Dalet.

Abstract

The State of Israel, since its foundation, retains several military and political interventions in the occupied territories in the West Bank. The measures adopted are intended to preclude the construction of a sovereign Palestinian State. One of them is the Plan Dalet (which was prepared between 1947 and 1948 and it has been ongoing until the present day). In its structure we can find influences of the Machiavellian classical theory from XVI century, of how to conquer States and keep them in the field. Thus, this article is intended to analyze how the thought of Niccolo Machiavelli, based on the book, The Prince, influenced the formation of the Plan Dalet, that aims to the seizure of Palestinian territory under the assumptions of Zionism (which preaches the return of the Jews to the promised land).

Keywords: Settlements. Colonization. Israel- Palestine. Machiavelli. Plan Dalet.

*Aluna do 5º período do curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (CCJ/UFSC). Membro do Grupo de Pesquisa em Direito Planetário, Meio Ambiente e Globalização da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: vanessa-diass@hotmail.com.

Introdução

A imprescindível obra literária de Niccolò di Bernardo Machiavelli, ou simplesmente Nicolau Maquiavel, o pensador de Florença, não se dirige apenas aos homens de seu tempo, estando mais viva do que nunca e continuando a interpelar a posteridade.

(LEFORT, 1980, p. 11).

Maquiavel, em seu livro *O Príncipe*, descreve sua ideologia de governo, apresentando a *virtù* e a *fortuna* como formas de conquista de um território. Essa concepção de conquista trazida pelo pensador pode ser correlacionada à problemática existente na região da Palestina no que concerne a criação do Estado de Israel e a ideologia sionista. Diante desse contexto, o presente artigo busca investigar a presença do pensamento maquiavélico na estratégia da conquista de um território nacional judaico com base no Plano Dalet (ou “Plano D”). Convém ressaltar que o termo “maquiavélico” passou a ser utilizado, no cotidiano, para designar pessoas que praticam atos funestos e desleais para conseguir vantagens; porém, do ponto de vista político, essa é uma designação imprecisa, pois Maquiavel defendeu a ética na política, já que pregava a importância do cumprimento de acordos. Entretanto, os métodos que são expostos em sua obra, de como conquistar um território, incorporados ao espírito da frase atribuída a ele que aduz que “os fins justificam os meios”, fê-lo ganhar fama de mau, astuto e sagaz, sendo esse discurso, até hoje, equivocadamente reproduzido.

Importa mencionar que as questões relacionadas à conquista de um território (especialmente, sobre a criação de um novo Estado) e à manutenção do poder político nele são alguns dos principais enfoques da obra *O Príncipe* de Maquiavel, clássico da Teoria Política.

Assim, na primeira parte deste artigo, apresenta-se Maquiavel e a *virtù*. Já, na segunda parte, discute-se a trajetória da ideologia sionista e a criação do Estado de Israel. Em sequência, na terceira parte, explora-se os assentamentos judaicos que ocorreram na Cisjordânia e o Plano Dalet (ou Plano D). Por fim, analisa-se o emprego da teoria de Maquiavel na questão Israel-Palestina. Nesse contexto, o método de abordagem utilizado é o indutivo e a técnica de pesquisa é a bibliográfica.

Maquiavel e uma Itália em construção

Conhecido como fundador da teoria política moderna, Maquiavel escreveu orientações de como conquistar territórios e de como deve-se proceder para que ocorra o estabelecimento de um governo no local conquistado. Dessa forma, sua obra *O Príncipe*, escrita entre 1513 e 1514¹, objetivava demonstrar o caminho para a unificação da Itália, pois a situação política do referido país – pátria do autor – possuía um histórico repleto de intensa desordem. Vale dizer que, na Itália renascentista, a tirania predominava em alguns principados, sendo eles controlados, assim, mediante o emprego de força e sem tradição dinástica. Buscando romper com esse paradigma, Maquiavel propôs, então, o reforço da constituição republicana da Itália.

De acordo com Martins (2004, p. 7), “os principados italianos apelavam frequentemente para as monarquias absolutas europeias, a fim de solucionar as suas disputas internas”. Também, para ajudar nas conquistas e na manutenção do território e da ordem, havia os chamados *condottieres* – especialistas na tática militar, os quais forneciam seus serviços ao príncipe que oferecesse a melhor oferta. Destaca-se que estes personagens obtiveram reconhecimento crescente na época, uma vez que alguns conseguiram, efetivamente, conquistar principados. (MARTINS, 2004, p. 7).

Após um cenário otimista para o comércio italiano – estabelecido a partir do século XI, através da interação recíproca entre os principais “atores” da época (igreja, estados feudais, senhores de terras, corte aristocrática, burguesia, entre outros) – a derrocada da Itália começou a ocorrer aos poucos diante das lutas contínuas travadas entre seus Estados constituintes e perante a queda do feudalismo. (PINZANI, 2004, p. 10).

Explica Martins (2004, p. 9) que “a fraqueza militar e política da península, já no começo do século XIV, representava forte impedimento para expansão e acumulação de capital”. Também, refere

1. Sobre a redação e publicação do livro *O Príncipe*, convém referir: Embora o manuscrito, terminado provavelmente nos primeiros meses do ano 1514, tenha começado a circular nos ambientes diplomáticos e políticos, quase às escondidas, encontrava contudo pouco sucesso, sendo considerado, por assim dizer, um texto ‘perverso’. O livro foi impresso somente em 1532, cinco anos depois da morte de Maquiavel, recebendo o título atual, *O Príncipe*, em substituição ao latino *De principatibus* dado por Maquiavel. Contudo, ainda que não houvesse sido impresso, seu conteúdo já era conhecido nas cortes e nas chancelarias italianas e já havia dado ao seu autor a fama de um homem malvado e ateu. O juízo negativo que viria a pesar sobre *O Príncipe* e o seu autor por séculos já havia sido emitido antes mesmo de a obra aparecer ao público. (PINZANI, 2004, p. 10).

o autor que “a Itália é, assim, desarmada política, militar e institucionalmente pelo anacronismo da organização das cidades-estados e pela ausência de liderança central incontestável”. (MARTINS, 2004, p. 9).

Foi nessa conjuntura caótica que Nicolau Maquiavel nasceu, no ano de 1469, em Florença (Itália). Com o passar dos anos, Maquiavel ingressou e passou a participar ativamente da política em sua terra, servindo à corte de César Borgia (filho do papa Alexandre VI e poderoso *condottiere*), que governou o país até os Médicis derrubarem a república no ano de 1512 – ano em que Maquiavel foi exilado². Já, em 1519, Maquiavel foi anistiado e retornou para sua terra, onde ocupou posições ligadas às áreas políticas e militares. Vale dizer que, em 1527, a República foi restaurada e Maquiavel esquecido da política.

Maquiavel e as diversas interpretações para o livro *O Príncipe*

A obra de Maquiavel é marcada pela ideia de que “os fins justificam os meios” e, apesar de tal assertiva não estar presente de forma literal na obra, o autor, normalmente, carrega o estereótipo negativo de que “uma pessoa (maquiavélica) fará qualquer coisa para alcançar seus objetivos. Não apenas os meios poderão ser e, geralmente, serão condenáveis, mas o próprio fim provavelmente também o será. A pessoa maquiavélica é, sobretudo, ambiciosa, e essa ambição dá-se em detrimento de tudo e de todos”. (SALANTINI; DEL ROIO, 2014, p.21).

Dessa forma, enquanto alguns defendem que Maquiavel é sinônimo de avidez e egoísmo, outros possuem uma concepção positiva em relação ao autor e à intenção que lhe levou a escrever a obra *O Príncipe*, como bem observa Gramsci (1978, p. 31):

[...] os inimigos de Maquiavel consideram-no homem digno de punição porque mostrou como os príncipes governam e assim fazendo instruiu o povo; colocou ‘dentes de cães nas ovelhas’, destruiu os mitos do poder, o prestígio da autoridade, tornou mais difícil governar, pois os governados podem saber tanto quanto os governantes, as ilusões tornaram-se impossíveis etc.

2. Convém mencionar que: “Após a queda da República em 1512, Maquiavel foi preso e torturado, acusado de participar de uma conspiração contra os Médici. Embora a sua inocência tenha sido provada e ele, libertado, a atmosfera na cidade ficou difícil para ele. Resolveu, portanto, retirar-se [...]”. (PINZANI, 2004, p. 8-9).

Martins (2004, p. 25) corrobora tal ideia ao afirmar que Maquiavel “[...] na impossibilidade de dirigir-se diretamente ao seu público, teria optado por desmitificar o poder, despojando-o de toda moralidade aparente através da crua revelação dos procedimentos e técnicas utilizadas em sua conservação por parte dos governantes”.

Nessa seara, cumpre salientar que, independente de seus reais propósitos, Maquiavel construiu uma obra de grande repercussão e que influenciou (e que ainda influencia) muitas personalidades no poder. Inclusive, “diz-se que a própria Catarina de Médicis (1519-1589), rainha-mãe da França, teria seguido os ensinamentos de Maquiavel ao jogar católicos contra protestantes e ordenar o massacre de 1572. Com isso manteve a soberania para os filhos [...]”. Assim, “essa e outras histórias de ardis, assassinato e espoliações de governantes têm sido atribuídas à inspiração de *O Príncipe* [...]”. (MARTINS, 2004, p. 6).

Apesar das diversas interpretações para o livro *O Príncipe*, deve-se considerar que:

O objeto de suas reflexões é a realidade política, pensada como prática humana concreta, e o centro maior de seu interesse é o fenômeno do poder, formalizado na instituição do Estado. Não se trata de estudar o tipo ideal de Estado, mas compreender como as organizações políticas fundam-se, desenvolvem-se, persistem e decaem. (MARTINS, 2004, p. 6).

Logo, Maquiavel é um autor que desperta os extremos, ou seja, há aqueles que o odeiam e criticam-no intensamente e existem aqueles que o idolatram e defendem-no com todas as forças. Indubitavelmente, a obra *O Príncipe* de Maquiavel possui relevante contribuição para a teoria política e jamais ficará no limbo, no esquecimento, pois dificilmente alguém que conhece sua obra dirá que não possui opinião formada sobre as ideias defendidas em seu mais célebre escrito sobre conquista de territórios e governo.

Maquiavel: *virtù* e fortuna³

Maquiavel afirma, nos capítulos VI e VIII do livro *O Príncipe*, que o conquistador, para fixar governo no novo território, deve possuir *virtù* (compreendida como astúcia política, coragem, valor,

3. Dos quatro conceitos fundamentais da obra *O Príncipe* de Maquiavel – quais sejam, *virtù*, ocasião, fortuna e necessidade – em razão da delimitação do tema deste artigo, abordar-se-á, apenas, o primeiro e o terceiro.

capacidade, talento), podendo, para tanto, contar com a *fortuna* (no sentido de destino, influência política, acaso, sorte). Nesse contexto, convém explicar que:

A *virtù* na qual fala Maquiavel não é a virtude no sentido tradicional clássico ou cristão, isto é, entendida como excelência moral, como qualidade de caráter moralmente positiva. Maquiavel inspira-se muito mais no conceito latino de *virtus*, ou seja, como qualidade que contradistingue o *vir*, o homem varonil, conforme a definição de *vir virtutis* (homem virtuoso) oferecida por Cícero. Isso não significa que a *virtù* deixa-se identificar simplesmente com a coragem ou a bravura. [...] a *virtù* é uma excelência de caráter que aponta para a consecução de determinados fins políticos e que está baseada em capacidades práticas, das quais parte é congênita, e portanto não suscetível de ser modificada, e parte é aprendida, e por isso passível de ser aperfeiçoada. A *virtù* não possui nenhuma qualidade moral. [...] No que diz respeito às tradicionais virtudes aristotélicas ou cristãs, o príncipe não precisa possuí-las verdadeiramente. Deve, antes, causar a impressão de possuí-las (assim como no caso de todas as outras qualidades). [...]. O conceito de fortuna (ocasião) introduz um elemento de temporalidade no ideal do homem político de Maquiavel: embora possa ter muitas qualidades pessoais, ele deve ser capaz de reagir de maneira justa nas situações difíceis; caso contrário, toda a sua virtude resultará inútil. [...] Um príncipe que se apoia exclusivamente sobre a fortuna arruína-se quando ela varia. (PINZANI, 2004, p. 41-42; 43; 47; 62).

De acordo com Brugger (1999, p. 33): “A *virtù* de Maquiavel não deve nada a nenhuma ordem divina e consiste simplesmente em uma disposição de fazer o que for necessário para a grandeza cívica, e caso isso envolva qualidades mais apropriadas à besta que ao homem, que assim seja”.

Para Maquiavel, um bom governante saberia utilizar da fortuna como um instrumento para a vitória. Conforme Martins (2004, p.19): “segundo Maquiavel, a história mostra como o talento de alguns heróis foi capaz de extrair das circunstâncias, isto é, dos momentos propícios fornecidos pela fortuna, uma orientação para a iniciativa, perseguindo-a implacavelmente”.

Sobre a utilização da *virtù* na arte de governar, Maquiavel destaca-a quando aborda a importância de olhar para o passado, prever o futuro e estar preparado para as desgraças do destino. Nas palavras de Maquiavel (2014, p. 32):

Ademais, Estados que surgem em pouco tempo, como todas as outras coisas da natureza que nascem e crescem rapida-

mente, não podem ter as suas raízes e as suas ramificações, de sorte que a primeira intempérie poderá arrasá-los; a menos que, [...], estes que tão repentinamente tornaram-se príncipes possuam tamanha *virtude* que saibam sem detença preparar-se para conservar o que a *fortuna* colocou em suas mãos, e que, após a sua acessão, assentem – como outros antes dela o teriam feito – as bases do seu poder.

Diante do exposto, analisa-se o emprego dos ensinamentos de Maquiavel na questão Israel-Palestina.

A ideologia sionista e a criação do Estado de Israel

A ideologia sionista, em linhas gerais, é compreendida como um movimento que prega a autodeterminação judaica, bem como a existência de um Estado nacional independente, soberano e judaico no território que um dia pertenceu à Terra de Israel (*Eretz Israel*).

É importante observar que, além da argumentação histórica de quem povoou antes o território onde hoje se encontra a Palestina, é também utilizada pelos sionistas a ideia de que eles possuem o direito de construir o *Eretz Israel* na Palestina, como prevê o Antigo Testamento, no legado dos judeus sobre aquela terra. De acordo com Huberman (2013, p. 3), a escolha pela Palestina deve-se pelo fato de que os judeus alegam possuir um “direito histórico” sobre a região, uma vez que foram expulsos dois mil anos antes pelos romanos (desta forma, bem antes que os árabes palestinos) e, portanto, julgam-se possuidores da legitimidade de impor na Palestina um Estado de maioria judaica. Vale ressaltar que os árabes do Oriente Médio questionam a ideia de que a Palestina deveria um dia abrigar um Estado preponderantemente judeu, contra-argumentando que apesar de os judeus terem habitado a região em tempos remotos, foram os árabes que viveram ininterruptamente nestas terras desde o século VII da era cristã.

Na década de 1930, a questão da criação de um território nacional para o povo judeu deixou de ser uma questão meramente ideológica, uma vez que, com a ascensão de Hitler ao poder, ocorreram situações fatídicas para os judeus, como a escravidão e o holocausto. Vale dizer que com o advento do nazismo houve uma grande intensificação da migração judaica para a Palestina e, com isso, o antissemitismo aumentou de forma proporcional.

Em 1937, a Inglaterra sugere, de forma inédita, a partilha do território palestino entre os dois povos (judeus e árabes palestinos)

com base em um relatório feito pela Comissão *Peel* – grupo responsável pela investigação dos conflitos na Palestina. É importante salientar que, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o mundo voltou os olhos para a questão sionista e a problemática territorial na qual o povo judeu estava inserido. De acordo com Fisk (2007, p. 510):

[...] nenhum código moral pode justificar a perseguição de um povo em uma tentativa de pôr fim à perseguição de outro. O remédio para a expulsão dos judeus na Alemanha não deve ser buscado na expulsão dos árabes de sua pátria; e também não se conseguirá o alívio da angústia dos judeus às custas da angústia de um povo inocente e pacífico.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, houve uma sensibilização geral com a situação nefasta em que se encontravam os judeus durante a execução do programa alemão nazista. De fato, o extermínio de diversos judeus sensibilizou a comunidade internacional e a conta de mais de seis milhões de judeus mortos colocou em pauta a questão em torno da partilha e da “compensação” que poderia ser feita ao povo judaico. De acordo com Pereira e Kanter (2012, p. 83):

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, um único nome desapareceu do mapa: o da Palestina. [...] Os palestinos, ou aqueles que eram reconhecidos como ‘árabes da Palestina, haviam sido expulsos, anexados, administrados, ou reduzidos ao estado de refugiados.

De acordo com Fisk (2007, p. 509), o historiador Georges Antonius, em 1938, afirmou que “a criação de um Estado judeu na Palestina, ou de um lar nacional baseado na soberania territorial, não podia ser conseguida com a retirada dos árabes [...]”. Cabe lembrar que, posteriormente, com o fim da segunda guerra mundial, o mundo estava comovido com o horror do holocausto e era preciso fazer algo como compensação ao povo judeu para, de uma forma ou outra, colocar um ponto final à tragédia milenar judaica. Entretanto, essa conta do passado não foi paga pelas nações europeias ou da América e, sim, pela nação muçulmana da Palestina.

Vale dizer que uma questão tão delicada como a criação de um Estado, em pleno século XX, deveria ter sido melhor pensada e fundamentada. Conforme Pereira e Kanter (2012, p.83):

O nome da Palestina não foi apenas riscado do mapa, mas também da pauta das Organizações Internacionais – em 1952, a Questão Palestina, que até então figurava como objeto de discussão da As-

sembleia Geral da ONU, foi substituída pelo Relatório Anual do Comissariado Geral do Serviço do Socorro e de Trabalhos das Nações Unidas (UNRWA).

É indiscutível que decisões importantes não devem ser tomadas em momentos de euforia e comoção como, infelizmente, ocorreu com a criação do Estado de Israel. Indubitavelmente, a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) propôs uma solução para o conflito, mas não previu que as hostilidades entre judeus e palestinos iriam se intensificar com a possível criação de um Estado judeu na Palestina. De acordo com Silva (2012, p.55):

Mesmo a contragosto de todo mundo árabe, o Estado de Israel é criado em 14 de maio de 1948. No mesmo ano da resolução, a Liga Árabe, formada em 1945, invade Israel, num conflito que ficou conhecido como Guerra Árabe – israelense. Nesse conflito, Israel sai vitorioso e passa a controlar 75% dos territórios da Palestina. Como consequência, houve o êxodo dos palestinos para os campos de refugiados, nos quais a população árabe remanescente passou a viver, por sua vez, em condições extremamente precárias.

É importante ressaltar que a divisão oficial concedida pela ONU foi de 56,47 % do território para os judeus e 43,53% para os árabes palestinos e, posteriormente, através da conquista de outros territórios, este percentual continuou favorecendo Israel e sacrificando o povo palestino. Impende destacar que a aliança com uma grande potência também era prioridade e acabou sendo conquistada com um acordo firmado com os britânicos em 1917 – chamado de Declaração de Balfour, a qual definia que os vencedores da Primeira Guerra Mundial garantiriam aos sionistas a construção de um “lar para os judeus na Palestina”. Logo, o posicionamento de estabelecer um Estado Nacional judeu já era uma ideia defendida pelos sionistas bem antes da divisão pela ONU. (SILVA; PAIVA, 2012, p.55).

Para Huberman (2006, p.3), “o objetivo sempre foi, desde o início, colonizar toda a região correspondente à ‘Eretz Israel’ bíblica”. Assim, uma área menor não resolveria a “questão judaica”. Entretanto, “a Grã-Bretanha fracassou em encontrar uma solução para os choques entre árabes e judeus na Palestina optando-se, dessa forma, com a posterior intervenção da ONU, pela repartição do território em dois Estados étnicos”. (SAHD, 2012, p.90).

Sahd (2012, p. 90) refere que: “Foi num contexto belicoso que a solução para erradicar a parcela árabe do neonato Estado judeu

(quase a metade do total) foi implementada”. Ainda, explica que “[...] a transferência populacional foi operada no front interno a partir da execução do *Plano Dalet* que visava eliminar quaisquer focos de resistência contrários à criação de Israel”.

Moshe Menuhin (1987, p. 102), em seu livro *Judaísmo hoje – palestinos, árabes e judeus*, aborda as orientações sionistas que originaram o nacionalismo judaico e afirma que “só os cegos não podiam ver que a resolução de Partilha das Nações Unidas significava a guerra aberta entre os sionistas e os árabes da Palestina”. Salatin e Roio (2014, p. 81) afirmam que, segundo Maquiavel, “quando bem empregada, a violência evita a perda do Estado; quando mal empregada, o príncipe enfraquece sua própria autoridade, o que levará por fim à perda do Estado”.

Desde que foi feita a partilha do território da Palestina, pela ONU, no ano de 1948, a questão não saiu mais de voga dos noticiários do mundo inteiro pelas questões impactantes que estão relacionadas com ela. De acordo com Menuhin, (1987, p. 113 apud IZZAT, 1959, p. 3) o Conde Folke Bernadotte, ao visitar a Palestina em 1948 para efetuar um relatório à Assembleia Geral das Nações Unidas, declarou que:

O Estado judeu não nasceu em paz como era esperado por ocasião da Resolução 29 de novembro de 1947 e sim, como muito outros Estados na história, da violência e do derramamento de sangue. É, entretanto, inegável que nenhuma decisão pode ser justa e completa se não forem reconhecidos os direitos dos refugiados árabes que estavam fixados na terra por séculos.

Destarte, a questão envolve uma disputa que transcende a discussão em torno dos merecedores da terra, uma vez que ambos possuem as suas convicções e cada um deles, possui sua própria história com a região. Segundo Menuhin (1987, p. 62), “o direito histórico dos judeus na Palestina não afeta o direito de outros habitantes que estão habilitados a invocar o direito de atual moradia e trabalho no país por muitas gerações”.

Percebe-se que apesar do intuito positivo da criação de um órgão competente que visasse a paz entre as nações, infelizmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) agravou os conflitos na região de Israel e, ainda, criou um novo problema na região: a legitimação de um estado com culturas diferentes.

Em 1948, foi deflagrada a primeira Guerra Árabe-israelense que ocorreu em função da discordância de alguns países árabes

(dentre eles, Iraque, Egito, Jordânia, Líbia, Síria e Arábia Saudita) em relação à criação do Estado de Israel pela ONU. A questão territorial estava em xeque e Israel obteve grande apoio dos Estados Unidos. Por conseguinte, conseguiu Israel derrotar seus adversários, conquistando novos territórios e passando a dominar 75% da Palestina.

Pappé (2006, p. 06) revela que:

Em [...] 10 de março de 1948, um grupo de onze homens, líderes sionistas veteranos juntamente com oficiais judeus militares jovens [...] foram enviados para unidades de base para se prepararem para a expulsão sistemática dos palestinos de vastas áreas do país. As ordens vieram com uma descrição detalhada dos métodos a serem utilizados para expulsar à força as pessoas: intimidação em grande escala; cercando e bombardeando aldeias e centros populacionais; incendiando casas, propriedades e bens; expulsando moradores, demolição de casas; e, por fim, o plantio de minas nos escombros para impedir que os habitantes expulsos retornassem.⁴

Vale dizer que a busca pela concretização do empreendimento sionista girou em torno da ideia do “deslocamento” da população residente árabe. Conforme Antonius, citado por Menuhin (1987, p. 67): “Uma pátria só poderia ser estabelecida por um povo no país de outro, expulsando ou exterminando o que tem a posse efetiva”.

Com a Guerra dos Seis Dias, em 1967, travada entre Israel, Egito, Síria e Jordânia, Israel pôde, mais uma vez, mostrar sua superioridade e a força que a ideologia sionista possuía. Com a vitória do Estado judaico, Israel incorporou a seu território Gaza, a Península do Sinai, as Colinas de Golã e a Cisjordânia, incluindo a parte oriental de Jerusalém. Com isso, o número de refugiados palestinos que fugiram para países vizinhos aumentou. De acordo com Salatini e Roio (2014, p. 76): “Maquiavel afirma categoricamente

4. On a cold Wednesday afternoon, 10 march 1948, a group of eleven men, veteran Zionist leaders together with young military Jewish officers [...]. That same evening, military orders were dispatched to units on the ground to prepare for the systematic expulsion of Palestinians from vast areas of the country. The orders came with a detailed description of the methods to be used to forcibly evict the people: large-scale intimidation; laying siege to and bombarding villages and population centers; setting fire to homes, properties, and goods; expelling residents; demolishing homes; and, finally, planting mines in the rubble to prevent the expelled inhabitants from returning. Each unit was issued its own list of villages and neighborhoods to target in keeping with the master plan.

que um Estado pode se fundar nas leis ou na força, concluindo, entretanto, que o fundamento coercitivo é mais importante que o fundamento legal, uma vez que o próprio fundamento legal não pode funcionar sem o fundamento coercitivo, redundando, portanto, num único fundamento para todos os Estados: a força (que se traduz nas armas)”.

A estratégia usada pelos judeus na conquista desses territórios foi o envio de colonos para os locais abandonados pelos palestinos. O local habitado pelos colonos são chamados de assentamentos. Desde que houve a separação do território, os assentamentos ilegais sionistas não pararam de ocorrer em território palestino. Esses assentamentos judeus são considerados ilegais tanto pela Corte Internacional de Justiça, pelas Convenções de Genebra e pela ONU. Pappé (2006, p. 02) revela que no início do século XXI a estimativa sobre refugiados palestinos já abarcava cerca da metade da população nativa da Palestina, sendo que em números, foram expulsos na época cerca de 750.000 pessoas do território.

De acordo com Hagopian (2016): O aumento da população judaica na Palestina foi crucial para transformar a Palestina em um Estado judeu. Os palestinos foram distribuídos em 45% da Palestina, embora fossem donos da maior parte das terras e constituíssem dois terços da população.⁵

Destaca-se ainda que, paulatinamente, o Estado judeu desde sua independência, tem criado leis discriminatórias com o objetivo de exacerbar a marginalização legal dos palestinos. Assim, nesta conjuntura, o Estado de Israel busca através da conhecida Lei de retorno (“Chok Hashvut” - que autoriza qualquer judeu de qualquer lugar do mundo a estabelecer-se no Estado de Israel) intensificar o aumento da população judaica na região.

Para Pappé (2006), é indiscutível o planejamento conduzido pelos sionistas para atingirem os seus objetivos: “A idealização e a execução do plano de limpeza étnica é fruto da ideologia sionista e a partilha da Palestina pela ONU propiciou a oportunidade que os dirigentes sionistas aguardavam para colocar em prática o seu detalhado planejamento”.

5. Increasing the Jewish population in Palestine was crucial to transforming Palestine into a Jewish state. The Palestinians were allotted 45% of Palestine, although they owned the bulk of the land and constituted two-thirds of the population.

De acordo com Khalidi (1988, p. 08)⁶ o “Plano Dalet” ou “plano D” foi o nome dado pelo alto comando sionista ao plano geral para as operações militares. Foi com base nele que os sionistas lançaram ofensivas sucessivas, em abril e no início de maio de 1948, em várias partes da Palestina. Essas ofensivas implicaram a destruição dos árabes palestinos e foram calculadas para atingir “o fato consumado militar”, ou seja, a instalação do Estado de Israel. De fato, a questão entre os palestinos e judeus desafia constantemente a “vontade” da comunidade internacional, uma vez que o apoio dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU ao Estado de Israel inviabiliza possíveis soluções para o constante estado de guerra em que a região se encontra.

Huberman (2013, p.5), afirma que:

O Plano D (*Dalet* em hebraico) formulado pelos dirigentes sionistas do *Yushuv* (comunidade judaica na Palestina) detalhava quais deveriam ser as estratégias e as táticas dos sionistas para a limpeza necessária para as constituições de um Estado de maioria judaica.

Khalidi (1988, p. 17) também defende a ideia de que o plano D vislumbrou uma série de operações tático-militares. Contudo ressalva o autor que, se todas as suas disposições tivessem sido implementadas, teriam conseguido deixar toda a Palestina, em 1948, sob ocupação militar sionista. Ainda, menciona Khalidi (1988)⁷ que o objetivo do plano D era a obtenção do controle das áreas do Estado hebraico e a defesa de suas fronteiras. Visava, também, ao controle das áreas de assentamento e de concentração judaica que estavam localizadas fora das fronteiras do Estado hebraico.

Desta forma, é possível perceber, que essas ações de colonização buscam ilegitar um estado palestino soberano – a irrealização da Palestina como governo e, como analisa Pereira e Kanter (2012, p. 82), “sem dúvida, o reconhecimento legal de um Estado palestino serviria para minar a ‘legitimidade’ da construção de novos assen-

6. Plan “Dalet” or ‘plan D’ was the name given by the Zionist high command to the general plan for military operations within the framework of which the zionists lauched successive offensives in April and early May 1948 in various parts of Palestine. These offensives, which entailed the destruction of the Palestinian Arabs, were calculated to achieve the military fait accompli upon which the state of Israel was to be based.

7. The objective of this plan is to gain control of the areas of the Hebrew state and defend its borders. It also aims at gaining control of the areas of jewish settlement and concentration which are located outside the borders [of the Hebrew state] against regular, semi- regular, and small forces operating from bases outside or inside the state.

tamentos na Cisjordânia, ao mesmo tempo em que transformaria as fronteiras israelenses em pontos altamente vulneráveis”.

O retorno dos palestinos ao território: expulsão e direitos

Segundo a Resolução 194 (III), Par. 11, de 11 de dezembro de 1948, da Assembleia Geral das Nações Unidas: “Fica decidido que os refugiados que desejarem retornar a seus lares e viverem em paz com seus vizinhos, terão permissão para fazê-lo na mais breve data possível, e que será paga uma compensação pelas propriedades dos que escolherem não voltar [...]”.

Segundo Menuhin (1987, p.115) esta resolução tornou-se um artigo de fé para os árabes em qualquer lugar. É reconhecida como a “lei de ouro dos direitos humanos” e, como tal, não é negociável. Todos consideram-na um direito inalienável dos árabes da Palestina. “Ainda hoje, em pleno século XXI, há o desprezo do Estado de Israel para esta lei, já que a grande maioria dos palestinos foi expulsada sem garantia nenhuma e sem compensação financeira alguma”. (IZZAT, 1959).

Referiu Izzat Taunous, Diretor do Escritório de Árabes Palestinos Refugiados, perante a Comissão Política Especial das Nações Unidas, em 30 de novembro de 1959, que: “Todas as garantias que possam ser dadas pelas Nações Unidas, de que seus direitos de retorno não serão prejudicados, não induziram os refugiados a aceitar o esquema. Os refugiados não têm mais fé nas Nações Unidas”. (IZZAT, 1959)

Nesse mesmo sentido, Pappé (2006, p. 08) complementa:

No entanto, quando se trata da desapropriação por Israel dos palestinos em 1948, há um profundo abismo entre a realidade e a representação. Isto é mais desconcertante, e é difícil de entender como os eventos perpetrados em tempos modernos e testemunhados por jornalistas estrangeiros, observadores da ONU, poderiam ser sistematicamente negados, nem mesmo reconhecidos como fatos históricos, e muito menos reconhecidos como um crime que precisa ser confrontado, politicamente e moralmente.⁸

8. Yet when it comes to the dispossession by Israel of the Palestinians in 1948, there is a deep chasm between the reality and the representation. This is most bewildering, and it is difficult to understand how events perpetrated in modern times and witnessed by foreign reporters and UN observers could be systematically denied, not even recognized as historical fact, let alone acknowledged as a crime that needs to be confronted, politically as well as morally.

Nesse contexto, evidencia-se existir um descaso com a situação dos árabes palestinos que sofreram expulsão de seu território.

Relação da teoria política de Maquiavel empregada à Palestina

No capítulo IX, do livro *O príncipe*, Maquiavel (2014, p. 49) aborda o principado civil e conclui que o governante deve “[...] ter o povo a seu lado e que de outro modo ele sucumbirá às adversidades”. É perceptível que a comunidade internacional já começou a sensibilizar-se com a conduta inapropriada do governo israelense, com sua militarização e abuso de poder contra os palestinos. Prova disso foi o recente reconhecimento do território palestino como Estado pela Suécia – primeiro país da Europa Ocidental a tomar essa decisão. Indiscutivelmente, a falta de reconhecimento internacional de todos os países sobre um estado palestino soberano, dificulta a situação entre os povos.

Vale ressaltar que a maioria dos países membros da ONU já reconhece o Estado palestino – incluindo o Brasil. Desde o ano de 2012, a Assembleia Geral da ONU aprovou a inclusão da delegação palestina como “Estado observador não membro” da organização. Sendo assim, mesmo que várias estratégias de conquistas sejam utilizadas, se não for percebido que o povo possui força, em algum momento, o governo poderá sucumbir (neste caso, o de Israel).

De acordo com Huberman (2013, p. 05):

Os sionistas tiveram *virtú* ao aceitar a partilha da Palestina proposta pela ONU, embora o território indicado para a criação do Estado de Israel fosse insuficiente na visão original dos sionistas, e obtiveram a oportunidade de lutar pela expansão máxima do lar nacional dos judeus. Para tanto, os sionistas prepararam-se.

É dito também por Huberman (2013, p. 05) “que o planejamento dos sionistas para garantir a maioria judaica e expandir ao máximo o território do Estado de Israel era de dar inveja ao Príncipe de Nicolau Maquiavel”. É indiscutível que houve planejamento, *virtù* (astúcia política) e sorte política (*fortuna*) por parte dos sionistas, já que se não fosse toda a comoção envolvendo o Holocausto, o extermínio judaico e a aceitação da partilha da Palestina, talvez hoje os judeus ainda estivessem espalhados pelo mundo, sem um território próprio.

Segundo Maquiavel (2014, p.10):

[...] quando conquista-se um Estado de uma Nação de língua, costumes e governos diferentes é que surgem as dificuldades e que se deve contar com muita sorte e possuir grande talento para conservá-lo. Morar nas terras conquistadas seria uma das mais agudas e eficazes medidas a serem adotadas [...]. Isto faria mais segura e mais duradoura a sua posse.

Com isso, é possível fazer uma comparação com os assentamentos instalados em territórios árabes pelos judeus – estratégia de enviar colonos às terras conquistadas e realizar a instalação dos assentamentos no território. Vale dizer que essa ideia corrobora o pensamento maquiavélico de como conquistar um Estado e, também, de como o Estado de Israel foi criado e planejado.

Salatini e Roio (2014, p. 78) abordam quanto à forma de conquista: “Maquiavel afirma que podem ser conquistados essencialmente de duas maneiras:

a) pela hereditariedade, caso dos principados hereditários (capítulo II) e

b) pela novidade, caso dos principados novos. As formas de conquista do principado novo, por sua vez, se subdividem em quatro formas:

- com armas próprias e com *virtù* (capítulo VI);
- com as armas e a *fortuna* de outrem (capítulo VII);
- por atos criminosos (capítulo VIII); e
- pelo apoio do povo (capítulo IX). Vê-se, assim, que há oito meios analiticamente distintos para a conquista do Estado: hereditariedade/novidade, armas próprias/armas alheias, *fortuna/virtù*, crime/apoio popular”. Indiscutivelmente, o caso de Israel envolve fatores descritos por Maquiavel.

A aproximação produzida entre o *Plano Dalet*, ou *Plano D*, está no fato de que Maquiavel defendia a extinção da estirpe do antigo príncipe – no caso da Palestina, o *Plano Dalet* defende a eliminação da resistência contra a criação de Israel, utilizando o terror (guerra psicológica), a pressão militar e os massacres. Para Martins (2004, p. 21), “o reino da competição entre Estados não seria controlável, segundo Maquiavel, por instituições nem pela lei, e seria impossível que uma república conseguisse permanecer tranquila e gozar

de liberdade dentro de suas fronteiras. Se não molestar as demais, será molestada por elas, e disso nasceria o desejo e a necessidade de conquista”.

Maquiavel (2014, p.10) ainda afirma que ao se reconquistar um território dificilmente ele será perdido novamente. E aí se encontra a dificuldade dos palestinos em reconquistarem os territórios perdidos na Guerra dos Seis dias. Mancini (2003, p. 66) afirma que:

Um Estado, em que muitas viçosas nacionalidades são sufocadas numa união forçada, não é um corpo político, mas um monstro incapaz de transmitir vida. As nações que não possuem governo saído das próprias entranhas e que servem a leis impostas de fora não têm mais vontade jurídica, já se tornaram meios dos fins de outrem e, portanto, coisas.

Vale ressaltar que, o povo palestino, trabalha incessantemente com o intuito de fortalecer as estruturas que podem levar ao reconhecimento internacional de um Estado independente, ou seja, a busca pela consolidação da economia e das instituições palestinas.

Conforme analisa Pappé (2006, p. 09):

O que aconteceu na Palestina, não significou, de modo algum, uma consequência não intencional, uma ocorrência fortuita ou mesmo um “milagre”, como o primeiro presidente israelense Weitzmann mais tarde proclamou. Pelo contrário, foi o resultado de um longo e meticuloso planejamento.⁹

Dessa forma, identifica-se na conquista da Palestina, principalmente no *Plano Dalet*, um documento formulado com a finalidade de expulsão e de destruição de localidades árabes, influências da obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel.

Conclusão

Percebe-se, pois, que a utilização dos assentamentos, como meios estratégicos para a conquista de um território, mediante a expulsão de povos contrários, aproxima-se da ideia propagada pelo grande pensador da teoria política Maquiavel que, em seu livro, *O Príncipe*, apresenta meios para que um governante obtenha uma posse segura e duradoura de um território, enfatizando que, para

9. But what happened in Palestine was by no means an unintended consequence, a fortuitous occurrence or even a “miracle”, as Israel’s first president Chaim Weitzman later proclaimed.

a conquista de um território com costumes diferentes, é indicado que ele more nas terras conquistadas e que para lá envie colonos (assentamentos). Maquiavel também afirma que é mais sábio por parte do príncipe – aquele que governa – a utilização de assentamentos (como forma de estabilizar-se na terra conquistada) do que adotar a militarização, já que o custo desta é mais onerosa do que o uso daqueles.

Portanto, além da demolição de casas palestinas por parte do Estado de Israel, este buscou a fixação de assentamentos judeus na região que era definida como do povo árabe – indubitavelmente, do ponto de vista do direito internacional, um ato ilegal e de Maquiavel, um ato necessário. Ademais, essas ações empreendidas pelo Estado israelense contra a população palestina, fixada em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia, demonstram a existência de pontos de contato entre a realidade da Palestina e do ensinamento maquiavélico.

Entretanto, cumpre destacar que, o governo israelense, utiliza não somente os assentamentos como forma de dominação preponderante, mas também, a força militar – fato que demonstra que apesar de a guerra ser mais custosa do que os assentamentos, não é menos importante do que estes. Destaco ainda, que desde 1967 ocorre uma ocupação militar na Cisjordânia que reforça a ideia de aniquilar o povo palestino e conquistar de vez o território.

Evidentemente, espera-se que o mundo não trate com descaso um assunto tão sensível como a expulsão de milhares de indivíduos de suas casas, muitas vezes de forma violenta. Assim, apesar de tardiamente, alguns países passaram a adotar posturas que contribuem para o reconhecimento da soberania do Estado Palestino e que visam a resolução das controvérsias que o envolvem. Vale citar que, apesar das recentes iniciativas de alguns países e também, de alguns órgãos internacionais, de reconhecerem o território palestino e sua soberania, ainda é necessário que o coro seja mais forte para que tenha maior eficácia perante a sociedade internacional.

Incontestavelmente, o Plano da ONU para a partilha da Palestina, gerou uma insatisfação em torno do mapa territorial definido por ele e, com isso, contribuiu de forma negativa para a questão. Assim, é de grande urgência o reconhecimento da autonomia política dos palestinos e um estudo aprofundado para extinguir o conflito israelo- palestino que possui envolvimento secular – religioso, cultural e territorial – que ceifam milhares de vidas todos os anos.

Referências

- BRUGGER, Bill. **Republican theory in political thought**: virtuos or virtual. New York: St. Martin's Press, 1999.
- CHEREM, Youssef Alvarenga. Os assentamentos israelenses nos territórios ocupados: raízes históricas e suas influências no processo de paz. **Fronteira**, Belo Horizonte, v.1, n.2, maio 2002, p.155-127.
- FISK, Robert. **A grande guerra pela civilização**: a conquista do Oriente Médio. Tradução Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- HAGOPIAN, Elaine C. **The palestine**: Israel conflict: a short history. Boston: Simmons College, 2016. Disponível em: <http://iem.edu.in/ashram/IEM_docs/home/notice_board/ShortHistoryofPalestine-IsraelConflict.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2016.
- HUBERMAN, Bruno. Judaização da Palestina: a sofisticação do projeto colonial israelense a partir de 1967. In: SIMPOSIO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, 4., 2013. São Paulo. **Anais...** São Paulo: SimpORI San Tiago Dantas, 2013.
- KHALIDI, Walid. Plan dalet: master plan for the conquest of palestine. **Journal of Palestine Studies**, v. 18, n.1, p. 04-33, 1988.
- LEFORT, Claude. A primeira figura da filosofia da práxis: uma interpretação de Antonio Gramsci. In: QUIRINO, Célia Galvão; SOUZA, Maria Teresa Sadek Ribeiro de (Org.). **O pensamento político clássico**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 51- 76.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Porto Alegre: L&P, 2014.
- MANCINI, Pasquale Stanislao. **Direito internacional**. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2003.
- MENUHIN, Moshe. Judaísmo Hoje. Rio de Janeiro: Paralelo, 1969. In: IZZAT, Tannous. Failures of Unites Nations in the Palestine Tragedy. New York: Palestine Arab Refugee Office, 1959.
- MENUHIN, Moshe. **Judaísmo Hoje**. Rio de Janeiro: Paralelo, 1969.
- IZZAT, Tannous. **Failures of Unites Nations in the Palestine Tragedy**. New York: Palestine Arab Refugee Office, 1959. pp. 3-4.
- PAPPÉ, Ilan. The 1948 ethnic cleasing of palestine. **Journal of Palestina Studies**, v. 36, n.1, p. 06- 20, 2006.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz; KANTER, Marcelo. As quatro estações do conflito Israel- Palestina. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 51, p. 81-100, jan./jun. 2012.
- PINZANI, Alessandro. **Maquiavel e o príncipe**: filosofia passo a passo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.
- GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, Carlos Estevam. Maquiavel: vida e obra. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2004.

SAHD, Fábio Bacila. Repensar a Nakba: os refugiados palestinos de 1948. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XII, n. 135, p. 88-97, 2012.

SALATINI, Rafael; ROIO, Marcos Del (Org.). **Reflexões sobre Maquiavel**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

SILVA, Daiana Maria da; PAIVA, Eduardo Geraldo Alves. Crônicas de guerras: a questão palestina no contexto do Século XX. **Revista História em curso**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 51-61, 1º sem. 2012.

Recebido em: 10/06/2016

Aceito em: 09/09/2016